

Limitar transferências para o exterior para voltar a crescer

Carlos Feu Alvim *

No que se refere à dívida externa, a questão crucial não é quanto o Brasil pode crescer pagando a dívida mas quanto o Brasil pode pagar da dívida para continuar a crescer. O problema foi colocado nesses termos pelo presidente Collor ao iniciar seu mandato. A questão é hoje mais premente, pois trata-se de saber as condições para voltar a crescer.

O ministro Márcilio reconheceu recentemente, em entrevista à imprensa, que é a falta de investimentos o principal obstáculo que enfrenta o País para retomar o crescimento. A deterioração das estradas seria apenas o sinal mais evidente desta falta de investimentos.

As estatísticas do IBGE mostram, no entanto, que a poupança territorial — fração do PIB não consumida internamente — vinha, descontadas as oscilações anuais, crescendo regularmente a partir de 1947, quando passaram a ser apuradas as contas nacionais. Na década de 50 essa poupança era de 15%, na década do "milagre econômico" de 70 atingiu 21% e na "década perdida" de 80 atingiu cerca de 22%.

Por que poupando mais o Brasil cresce menos? A resposta parece estar em uma conjunção de fatores. O primeiro deles é o encarecimento relativo dos investimentos. Isso fez com que o montante dos investimentos — medido pela formação bruta de capital fixo — tenha representado, em 1990, 21% do PIB em moeda corrente, mas que, a preços de 1980, corresponda apenas a 16% desse PIB. Tem-se especulado sobre as causas do aumento de custo dos bens de capital que tem sido atribuído ao encarecimento das obras públicas (devido a atrasos na execução e nos pagamentos), à ociosidade e ao consequente aumento de custos da indústria de bens de capital e a mudanças qualitativas nos bens de capital fornecidos.

Outro fator importante é que cresceu, em virtude da maior necessidade de reposição dos bens de capital e de infra-estrutura, a fração do PIB, que é necessário investir para manter constante o valor desse mesmo PIB (investimento necessário para crescimento zero).

O último fator está ligado à transferência de recursos para o exterior, que pode ser positiva (saída de recursos do País) motivada pelo pagamento da dívida externa, pela remessa de lucros e dividendos de investimentos estrangeiros e por investimentos de brasileiros no exterior, como pode ser negativa (ingresso de recursos) propiciada pela captação de empréstimos, pela entrada de investimentos e (teoricamente) pelo retorno de lucros e dividendos de investimentos de brasileiros no exterior. As contas nacionais registram, na verdade, o fluxo de bens e serviços que guardam, com alguma defasagem na sua efetivação, relação estreita com o movimento de recursos financeiros.

Na década de 70 — quando predominou a entrada de recursos externos — as transferências líquidas entre o Brasil e o exterior indicavam um ingresso de recursos de cerca de 2% do PIB. Na década de 80 — quando passamos a pagar a dívida acumulada e inverteu-se o fluxo de investimentos — o Brasil passou a remeter, em média, 4% do seu PIB para o exterior. Além dessa remessa oficial se estima que exista uma transferência informal de bens e serviços para o exterior da ordem de pelo menos 1% do PIB por ano.

A situação verificada nas duas décadas passadas e a projetada para a atual, para diversas hipóteses de transferências para o exterior, pode ser descrita em valores aproximados, como se segue.

Na década de 70 poupávamos 21% do PIB, e ingressavam, líquidos, cerca de 2% de bens e serviços do exterior. Podíamos, assim, investir 23% do PIB, dos quais 8% eram necessários para repor o investimento e atender ao crescimento vegetativo do estoque de capital. O investimento líquido era de 15% do PIB, que deveria possibilitar, considerando uma relação capital/produto de 2,2, um crescimento econômico de cerca de 6% ao ano. Na realidade, o crescimento foi superior ao esperado, já que existem outros fatores não considerados na descrição adotada, que fazem com que a dinâmica de uma

economia em crescimento facilite uma melhor utilização da capacidade produtiva existente (relação capital/produto inferior à esperada).

Na década de 80 aumentamos a taxa de poupança, mas como passamos a exportar recursos restava menos para investir. O Brasil transferiu para o exterior durante essa década, segundo as contas nacionais publicadas pelo IBGE, 4% de seu Produto Interno Bruto. Em 1985 e 1988 o Brasil chegou a transferir 5,6% do PIB para o exterior e até 48% de suas exportações para saldar compromissos relativos à dívida externa e para atender à remessa de lucros e dividendos do capital externo aplicado. Isso sem contar a remessa informal de pelo menos 1% do PIB ao ano.

Para que se tenha uma idéia do significado dessa transferência, é bom lembrar que a Alemanha do pós-Primeira Guerra Mundial chegou a transferir, por imposição do Tratado de Versailles, um máximo de 2,9% de seu PIB e 13% de suas exportações como pagamento da dívida externa e reparação de guerra. Foi o peso econômico dessas transferências um dos fatores que propiciaram a crise econômica na Alemanha, resultando na ascensão de Hitler ao poder.

A transferência de recursos para o exterior pode ser encarada como a causa fundamental da estagnação experimentada, não só pelo Brasil mas por quase toda a América Latina na década de 80, como reconhece o próprio Banco Mundial.

Para a década de 80, a poupança territorial foi, em média, 22% do PIB e a transferência de recursos para o exterior de 4% do PIB. O investimento associado ao crescimento zero passou a ser de cerca de 10% do PIB, como resultado do aumento da taxa de depreciação, em virtude do "envelhecimento" relativo do estoque de capital investido e da necessidade de suprir o aumento vegetativo da relação capital/produto. O investimento líquido ficou em 8% do PIB (22% - 4% - 10%).

O crescimento do PIB, que seria de se esperar para uma relação capital/produto de 2,5, seria de cerca de 3,2% (8%/2,5). Na verdade ele foi inferior ao esperado, alcançando somente 1,5% ao ano, o que significou um decréscimo do produto "per capita" de 0,7% ao ano. Em uma economia com dificuldades de crescimento encontram-se inúmeros fatores que contribuem para que não se utilize com propriedade os recursos existentes que estão na maior parte das vezes mal alocados e mal utilizados. É apenas a confirmação de que "tudo vai mal quando tudo vai mal".

O que podemos esperar da década de 90? Com uma estimativa otimista de uma poupança territorial de 24% e de uma exigência de investimento para manter o crescimento zero da ordem de 13% do PIB, restariam 11% do PIB para investir ou remeter ao exterior.

Pode-se avaliar o crescimento esperado do PIB para diferentes hipóteses de transferências de recursos para o exterior. Para uma relação capital/produto, estimada em 2,8 para a década de 90, ter-se-á para uma remessa de 0% do PIB um investimento líquido de 11% do PIB e uma taxa de crescimento esperada de 3,9% (11%/2,8) e do PIB "per capita" de 2,1% ao ano. Analogamente, se remeter 6% do PIB o País investiria 5% do PIB e crescerá seu produto apenas à taxa de 1,8% ao ano e o PIB "per capita" permanecerá estacionado durante toda a década.

Quanto o Brasil quer crescer? Quanto precisa crescer para não acumular problemas sociais explosivos? Se o Brasil quiser crescer anualmente aquilo que parece ser o mínimo admissível, ou seja, 3,1% do PIB ou 1,3% do seu PIB "per capita", ele não poderá remeter mais do que 2% de seu PIB anual para o exterior, o que corresponderia, na prática, a manter inalterado o nível de (des) emprego atual. Estancar ou, pelo menos, minorar a hemorrhagia de recursos a que está submetido o País é condição indispensável para restabelecer o nível de investimentos e reverter o atual quadro recessivo.

* Doutor em Física e coordenador-geral de desenvolvimento tecnológico da Secretaria da Ciência e Tecnologia da Presidência da República.